



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Processo n.º: 18241/2025

PPA n.º: 02/2025

Autoria: Prefeito Municipal de Linhares



MENTA: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2026 a 2029.

I- RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei n.º 02/2025**, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que **institui o Plano Plurianual do Município de Linhares para o quadriênio 2026-2029**, nos termos do art. 165, inciso I, da Constituição Federal, do art. 119, §1º, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da Administração Pública, estabelecendo as **diretrizes, objetivos e metas da gestão municipal** para o período, em consonância com os **Eixos Estratégicos e Diretrizes** definidos pelo Poder Executivo, quais sejam:

1. Desenvolvimento Econômico e Sustentável;
2. Desenvolvimento Social, Segurança, Saúde e Educação Transformadora;
3. Governança, Inovação e Gestão Inteligente;
4. Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente

A proposta foi encaminhada à Câmara Municipal em conformidade com os dispositivos legais e regimentais, acompanhada da Mensagem do Executivo e dos





Anexos I e II, que contêm os programas, ações, indicadores, metas físicas e financeiras.

Eis, em síntese, o relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TÉCNICA

Inicialmente, cabe informar que, nos termos do **art. 62, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares**, compete a esta Comissão apreciar matérias que **alterem a despesa ou a receita do Município**, ainda que direta ou indiretamente, conforme o preceito regimental:

Art. 62. **Compete:**

[...]

II- à Comissão de Finanças, Economia, Orçamento e Fiscalização:

a) acompanhar a execução orçamentária do Poder Executivo, bem como analisar os aspectos econômicos e financeiros de matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal; [...]. (Grifos nossos).

1. Conceito e importância do parecer prévio de admissibilidade

O parecer prévio de admissibilidade, no processo legislativo orçamentário, constitui instrumento essencial de controle técnico e jurídico, cuja finalidade é assegurar que a proposta orçamentária observe os princípios constitucionais e legais antes de sua apreciação de mérito.

Conforme explica Conti¹ (2022, p.177),

O parecer prévio, no processo orçamentário, é a manifestação técnica da comissão responsável sobre a regularidade formal e fiscal da proposta de lei, precedendo a deliberação política do Plenário. Trata-se de um filtro de legalidade e compatibilidade com as normas de finanças públicas.

De modo semelhante, Di Pietro² (2022, p.1152) enfatiza que:

¹ CONTI, José Mauricio. *Direito Financeiro e Responsabilidade Fiscal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022, p. 177

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023, p. 1152





A apreciação preliminar das leis orçamentárias pelo Legislativo deve assegurar o controle de sua conformidade formal, cabendo às comissões especializadas garantirem a observância dos limites legais e constitucionais impostos à gestão fiscal.

Assim, o parecer prévio de admissibilidade não julga o mérito das despesas, mas analisa a observância das normas da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Regimento Interno, certificando-se de que a proposta está apta a prosseguir na tramitação legislativa.

2. Competência e requisitos constitucionais

O Projeto de Lei atende às exigências do art. 165, inciso I, e §1º, da Constituição Federal, que determinam que o Plano Plurianual (PPA) estabeleça, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes

Além disso, observa o disposto no art. 119, §1º, da Lei Orgânica Municipal, e nos artigos 5º e 9º da LRF (Lei Complementar n. 101/2000), ao demonstrar compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA) subsequente.

3. Aspectos técnicos e programáticos

O PPA 2026–2029 foi elaborado com base em metodologia participativa, contemplando **consultas públicas, audiências e diagnósticos técnicos** sobre as demandas da população.

Os programas e ações estão distribuídos em **Eixos Estratégicos e Diretrizes Temáticas**, integrando indicadores e metas alinhados aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles voltados para **educação, sustentabilidade, inovação e inclusão social**.





O documento apresenta consistência técnica e aderência às boas práticas de planejamento público, conforme a Lei 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

4. Regularidade formal e fiscal

A proposta encontra-se devidamente **instruída e autenticada digitalmente**, com mensagem explicativa do Executivo e os anexos correspondentes (Programas e Metas Físicas e Financeiras).

Não há inconsistências aparentes de ordem formal ou técnica. A compatibilidade entre o PPA, a LDO 2025 e a futura LOA 2026 está evidenciada no corpo do projeto, em observância ao princípio da coerência entre planejamento e execução orçamentária.

III- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os pareceres desta Comissão têm como principal propósito a responsabilidade social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste parecer, foram enfatizados três ODS estratégicos, fundamentais e comprometidos com a transformação social, notadamente, os seguintes Objetivos:

- **Objetivo 4.** Educação de Qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. **Meta 4.4** – Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- **Objetivo 8.** Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. **Meta 8.3** – promover políticas orientadas ao desenvolvimento produtivo e à formalização de micro e





pequenas empresas **Meta 8.5** – Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens.

- **Objetivo 11:** Cidades e comunidades sustentáveis: **Meta 11.2** – proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros e acessíveis; **Meta 11.6** – reduzir o impacto ambiental das cidades, com foco na gestão de resíduos e qualidade do ar e **Meta 11.7** – proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros e inclusivos.
- **Objetivo 16:** Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis. **Meta 16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis e **Meta 16.7** – garantir a tomada de decisão inclusiva e representativa em todos os níveis.

IV- CONCLUSÃO

Ante o exposto, a **Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização e Controle**, em cumprimento ao art. 181 do Regimento Interno, ao art. 165 da Constituição Federal e ao art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende pela **ADMISSIBILIDADE** da Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual ou Créditos Adicionais n. 02/2025, que dispõe sobre o **Plano Plurianual para o quadriênio de 2026 a 2029**, considerando-o formal e tecnicamente apto para tramitação e deliberação do Plenário.

Linhares, 07 de novembro de 2025.

EVELSON LIMA
Presidente

JOHNATAN MARAVILHA
Relator

YUPI SILVA
Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310034003400300038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JONAIR DA SILVA FERREIRA** em 06/11/2025 11:22

Checksum: **A76CF1A4BFA2E8E4F8D0D4CDAF4E603C1D2602EA866AA9077906CE75B82CA1F6**

Assinado eletronicamente por **EVELSON LIMA MIRANDA** em 06/11/2025 13:14

Checksum: **D23EADA77226EB59B430E2C09D6C898D8507768EDDEF1E58C9883DDB78089005**

Assinado eletronicamente por **JOHNATAN MARAVILHA (JOHNATAN DEPOLLO)** em 10/11/2025 08:31

Checksum: **96CF13CB89000EC00534F9BA56C719993527DAF528CAD54446DDFA884DB33C63**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100310034003400300038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.